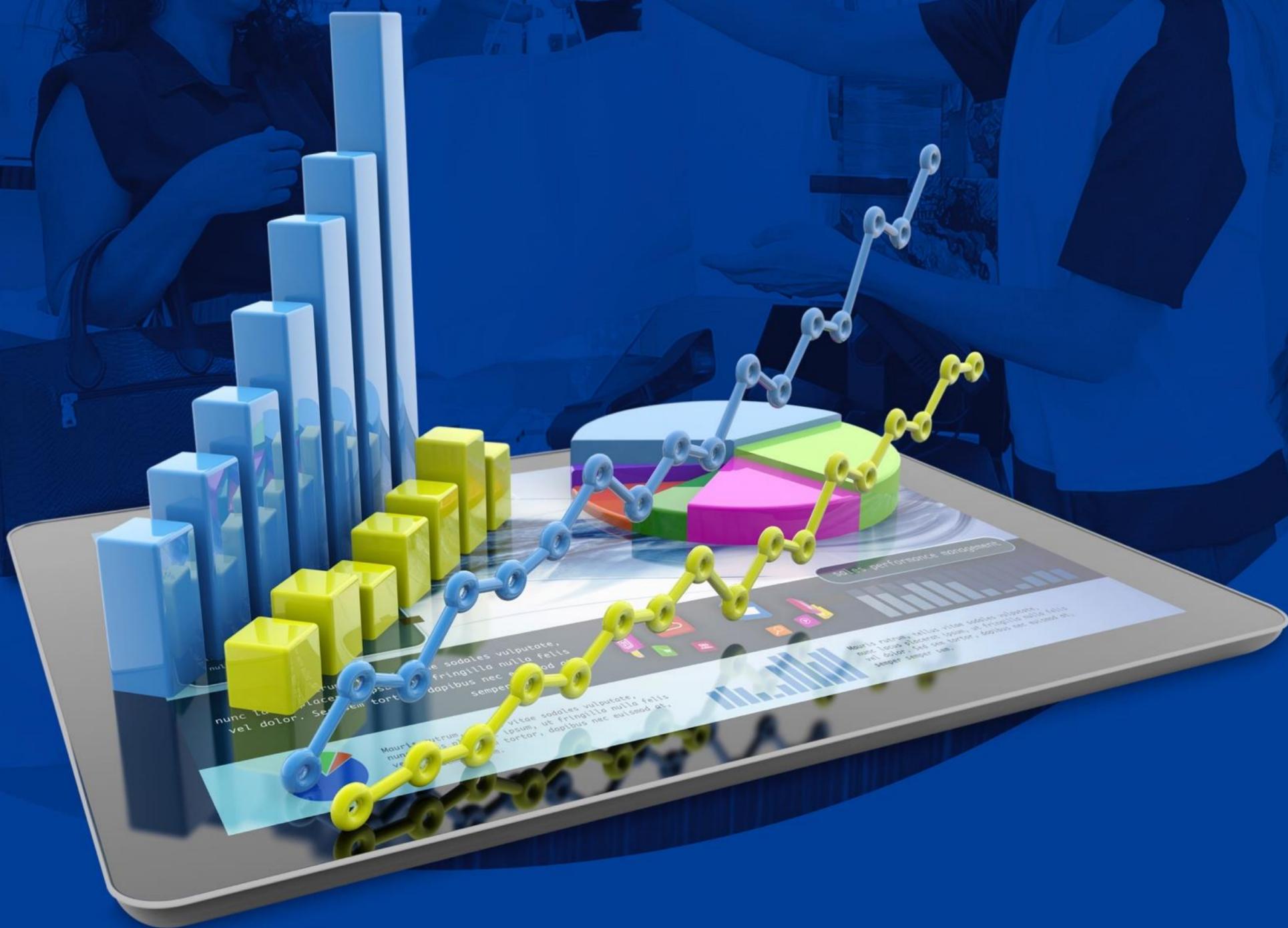




PANORAMA DO COMÉRCIO

NOVEMBRO/2024



RESUMO

DADOS REGIONAIS MOSTRAM CRESCIMENTO EXPRESSIVO DA REGIÃO NORTE EM 2024; INCERTEZAS EXTERNAS E FISCAIS PAUTAM DECISÃO DO COPOM E SELIC CHEGA A 11,25%

Com os dados de setembro de 2024 divulgados, completamos o quadro do terceiro trimestre do ano. Em termos de atividade econômica, os resultados são positivos. Espera-se agora um crescimento do PIB acima do que era possível antever no início do ano. O crescimento deve ser mais espalhado entre os setores, diferentemente de 2023, quando o PIB foi impulsionado por um desempenho extraordinário da Agropecuária.

Como, afinal, esse crescimento está distribuído entre as regiões? A abertura regional mostra realidades diferentes. O Norte apresenta o melhor desempenho da atividade econômica no indicador do Banco Central, com dados de janeiro a agosto de 2024. As projeções também indicam que essa região deverá apresentar o maior crescimento do PIB em 2024. O Centro-Oeste, por sua vez, experimenta uma desaceleração da atividade, muito em função das dificuldades que as adversidades climáticas impuseram ao Agro, embora haja desempenhos notáveis na região. Há, no entanto, dados positivos na região, como o avanço das vendas no Distrito Federal e em Goiás. Na região Sul, o PIB do Rio Grande do Sul deve ser afetado pelas enchentes que atingiram o estado no início do ano.

Panorama do Comércio

**4,8%**

Crescimento das vendas do comércio varejista de jan-24 a set-24

**4,5%**

Crescimento das vendas do varejo ampliado de jan-24 a set-24

**8 de 11**

Vendas cresceram em 8 das 11 atividades segmentadas

Panorama Macro

**4,76%**

Inflação no acumulado dos 12 meses encerrados em set-24

**1,98 MI**

Saldo de criação de vagas de janeiro a setembro de 2024

**11,25%**

Taxa SELIC

No mercado de trabalho e no mercado de crédito, os números espelham a atividade econômica. O Norte lidera o crescimento do número de empregos formais e o saldo de crédito nos segmentos de Pessoas Físicas e Jurídicas.

O quadro macroeconômico do país segue desafiado pela inflação persistente. Soma-se às pressões já existentes a incerteza que vem do cenário externo: a definição eleitoral nos Estados Unidos suscita dúvidas sobre os rumos da política econômica. O receio dos analistas é de que medidas inflacionárias façam o banco central americano rever a rota da queda dos juros. Isso elevou a volatilidade do dólar no início de novembro e foi um dos pontos elencados pelo Banco Central do Brasil para fixar a taxa SELIC em 11,25%.

Além das incertezas externas, há o impasse das contas públicas. Para que se cumpra a meta estabelecida pelo novo arcabouço fiscal, novos ajustes terão que ser apresentados. Essa é uma condição fundamental para que o país consiga perenizar o crescimento econômico constatado nos últimos meses.

Enquanto isso, o setor do comércio mobiliza os esforços para as vendas de fim de ano. Será um momento crucial para consolidar o desempenho das vendas em um novo patamar.

Termômetro do consumidor



93,0 pontos

Indicador de Confiança do Consumidor em out-24



3,2 mil

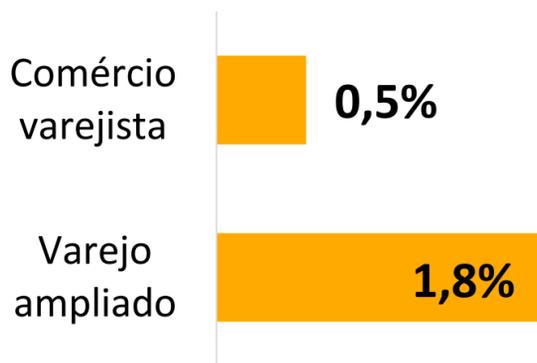
Renda média real

VENDAS DO COMÉRCIO

Vendas do varejo ampliado avançam 4,5% no acumulado do ano e alcançam novo recorde, mostra IBGE; Amapá, Goiás e Paraíba lideram crescimento do indicador

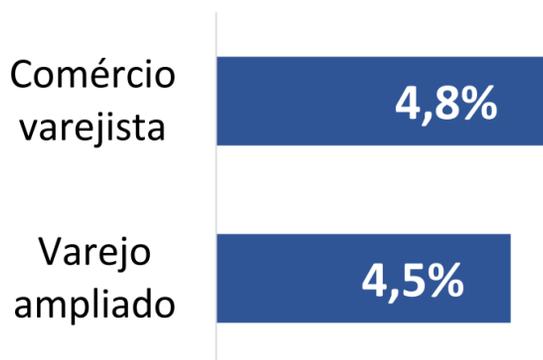
Variação mensal

Set-24 ante ago-24



Acumulado no ano

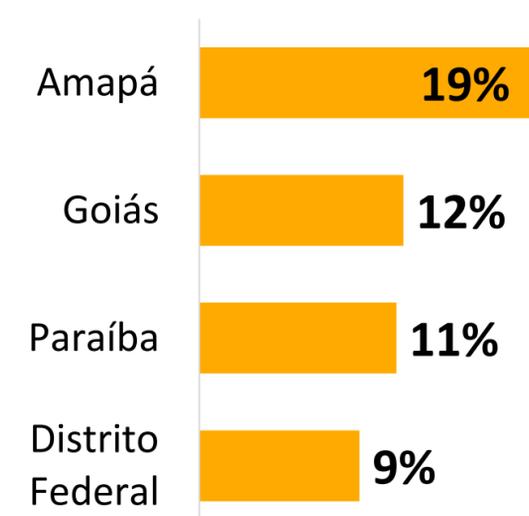
Jan-24 a set-24



Na comparação entre setembro de 2024 e mês anterior, o comércio varejista registrou crescimento de 0,5% no volume de vendas, de acordo com dados do IBGE. Essa segmentação desconsidera as vendas de segmentos mais específicos, como o comércio de veículos, motocicletas, peças automotivas e materiais para construção. O varejo ampliado, que contempla o conjunto de todas as atividades comerciais, registrou alta de 1,8%. No acumulado do ano, que compara o período de janeiro a setembro de 2024 com o mesmo período do ano anterior, o avanço foi de 4,8% no comércio varejista e de 4,5% no varejo ampliado. O setor mantém, em suma, um ritmo de crescimento expressivo em 2024, superando as máximas alcançadas no último trimestre de 2020, então o auge da recuperação do primeiro impacto da pandemia. Por fim, a abertura dos dados por estado mostra que o Amapá liderou o crescimento das vendas do varejo ampliado, com alta expressiva de 19% no acumulado do ano. Em seguida, aparece o estado de Goiás, com alta de 12%.

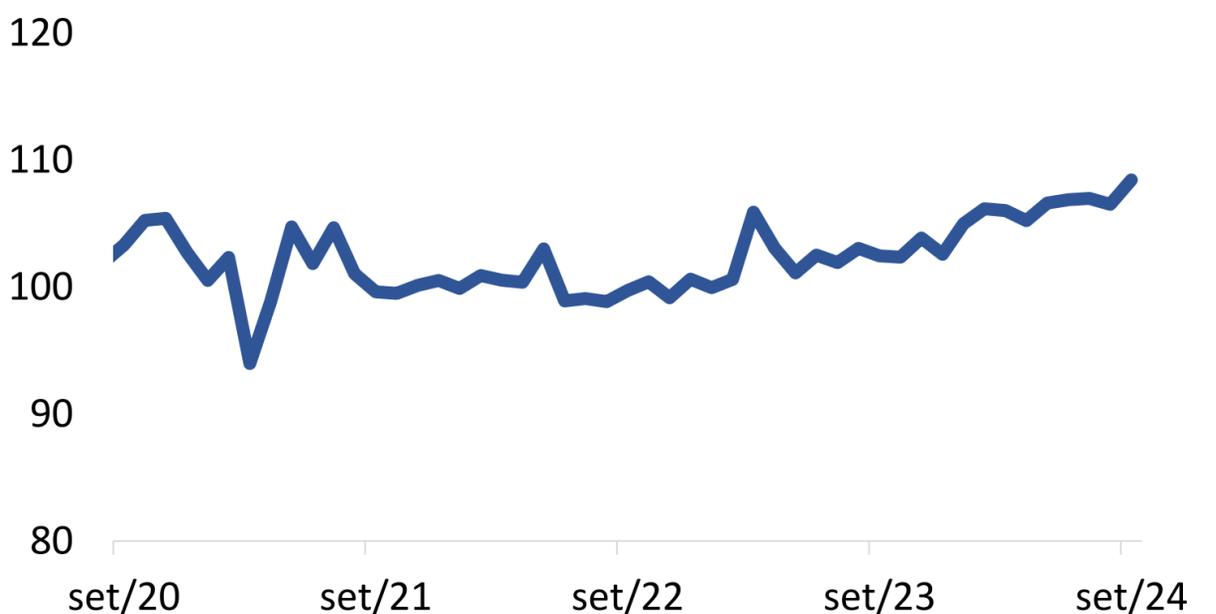
Dados estaduais

Maiores altas no acumulado do ano



Vendas do Varejo Ampliado

Número Índice (2022 = 100)



VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTO

Segmento de “Artigos médicos e farmacêuticos” lideram avanço das vendas no acumulado do ano, seguido por “Veículos, motocicletas, partes e peças”

O detalhamento dos dados das vendas do varejo ampliado mostra que as diferenças entre os segmentos do comércio ainda estão mantidas. A atividade que apresentou o maior crescimento das vendas foi a de “Artigos médicos e farmacêuticos”, com alta de 14,7% no acumulado do ano. Em seguida, aparecem as vendas de “Veículos, motocicletas, partes e peças”, com alta de 13,3%, e alta mensal expressiva de 6,6%, na comparação entre outubro e setembro de 2024. Os segmentos de “Hipermercados e supermercados” e “Materiais para construção” também apresentaram alta, mas a um ritmo mais moderado: 5,1% e 4,2%, respectivamente. Na outra ponta, o segmento de “Livros, jornais, revistas e papelaria” registrou queda nas vendas. O recuo foi de 7,7%. Das 11 atividades segmentadas pelo IBGE, três apresentaram queda.

Segmento do comércio	Acumulado no ano	Mensal
 Artigos médicos e farmacêuticos	14,7%	1,6%
 Veículos, motocicletas, partes e peças	13,3%	6,6%
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,1%	3,5%
 Hipermercados e supermercados	5,1%	0,3%
 Material de construção	4,2%	1,1%
 Móveis e eletrodomésticos	3,3%	-2,9%
 Tecidos, vestuário e calçados	1,2%	-1,7%
 Materiais para escritório	1,2%	-1,8%
 Combustíveis e lubrificantes	-2,4%	2,3%
 Atacadista de alimentação e bebidas	-6,7%	-
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,7%	-0,9%

MERCADO DE TRABALHO

Número de vagas formais criadas de janeiro a setembro de 2024 chega a 1,98 milhão e supera o mesmo período do ano anterior; Norte lidera crescimento do estoque de empregos formais

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em setembro de 2024, 247.818 vagas formais de trabalho foram criadas na economia brasileira, considerando o conjunto de todos os setores. No acumulado de janeiro a setembro, o saldo de criação de vagas chegou a 1,98 milhão, bem acima do verificado no mesmo período de 2023 (1,60 milhão). Com esse resultado, o número total de empregos formais no país alcança 47,5 milhões, registrando um crescimento de 4,3% com relação ao total de vagas verificado em dezembro de 2023. A abertura desse dado por região mostra que o maior crescimento do estoque de empregos formais foi o observado na região Norte, com avanço de 5,3%. Em seguida, aparece a região Centro-Oeste (5,0%). Os estados que apresentaram as maiores altas do estoque de empregos formais foram Amapá (10%) e Roraima (7,1%), mostrando que o dinamismo da atividade impacta positivamente o mercado de trabalho nesses estados.

247.818

Número de vagas formais criadas em set-24 em todos os setores



1,98 mi

Saldo de vagas formais criadas de jan-24 a set-24



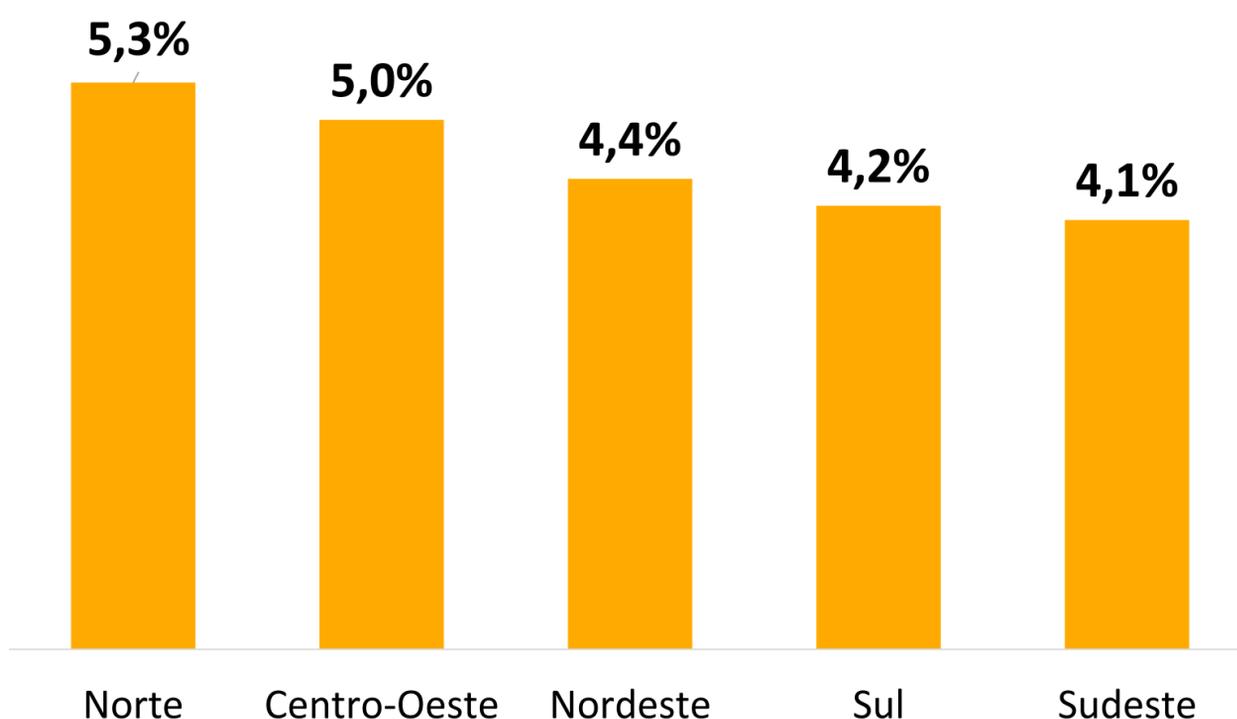
4,3%

Crescimento do total de vagas formais



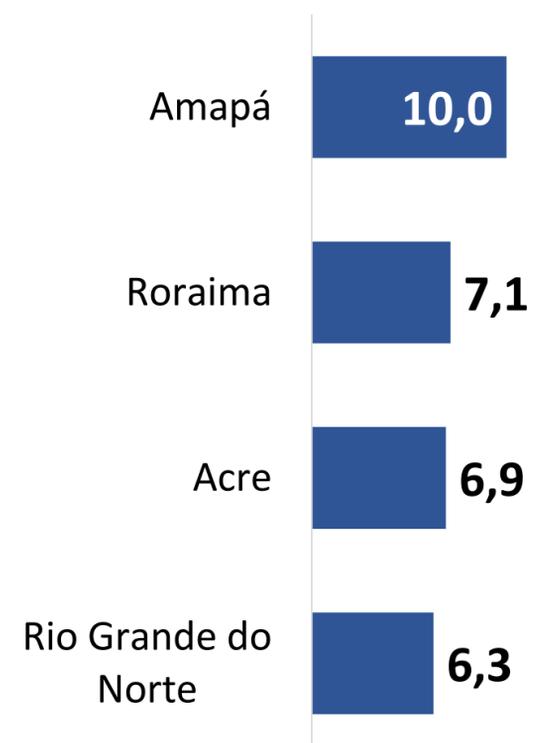
Crescimento do número de vagas formais por região

Set-24 ante dez-23



Maiores altas

Set-24 ante dez-23



ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL

Região Norte lidera crescimento do Índice de Atividade Econômica de janeiro a agosto e projeções para o PIB estadual de 2024



2,9%

Crescimento do PIB no 1º semestre



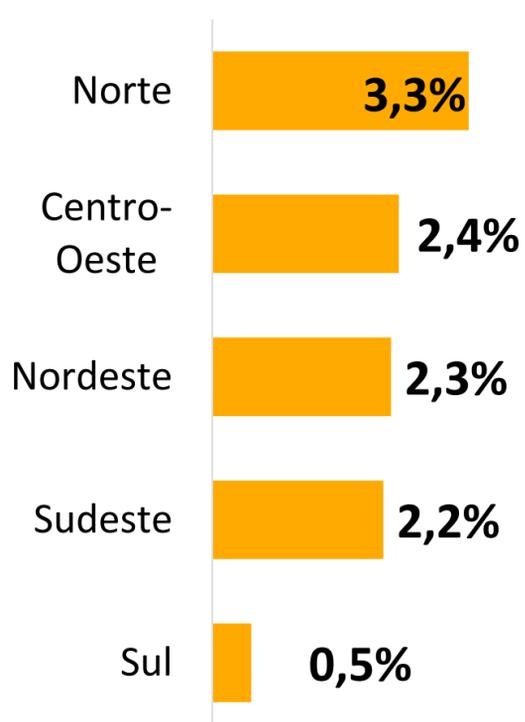
3,1%

Projeção de crescimento para 2024

O avanço do PIB no 1º semestre ficou acima do esperado, chegando a 2,9%. Ao longo do ano, as projeções do Boletim Focus foram revisadas e agora apontam para um crescimento de 3,1%. Mas como esse desempenho se distribui entre as regiões do país? O Indicador de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBC-R) mostra que, de janeiro a agosto de 2024, na comparação com o mesmo período de 2023, a atividade econômica avançou 3,9% na região Norte. Esse foi o melhor desempenho entre as regiões. A região com o menor crescimento do IBC-R foi o Centro-Oeste, com alta de 1,3%. O IBC-R não utiliza a mesma metodologia do Produto Interno Bruto, mas é um dos indicadores que buscam antecipar o desempenho do PIB. As projeções regionais de crescimento apresentadas pelo Banco Santander mostram, por fim, que o Norte deverá encerrar 2024 com avanço de 3,3%, com destaque para Roraima (4,3%). A resiliência da atividade econômica na região Norte em 2023 resultou de um desempenho positivo do Agro. Para este ano, a expectativa é de que o avanço seja ocorra também nos demais setores.

Projeção de crescimento para 2024

Ante 2023

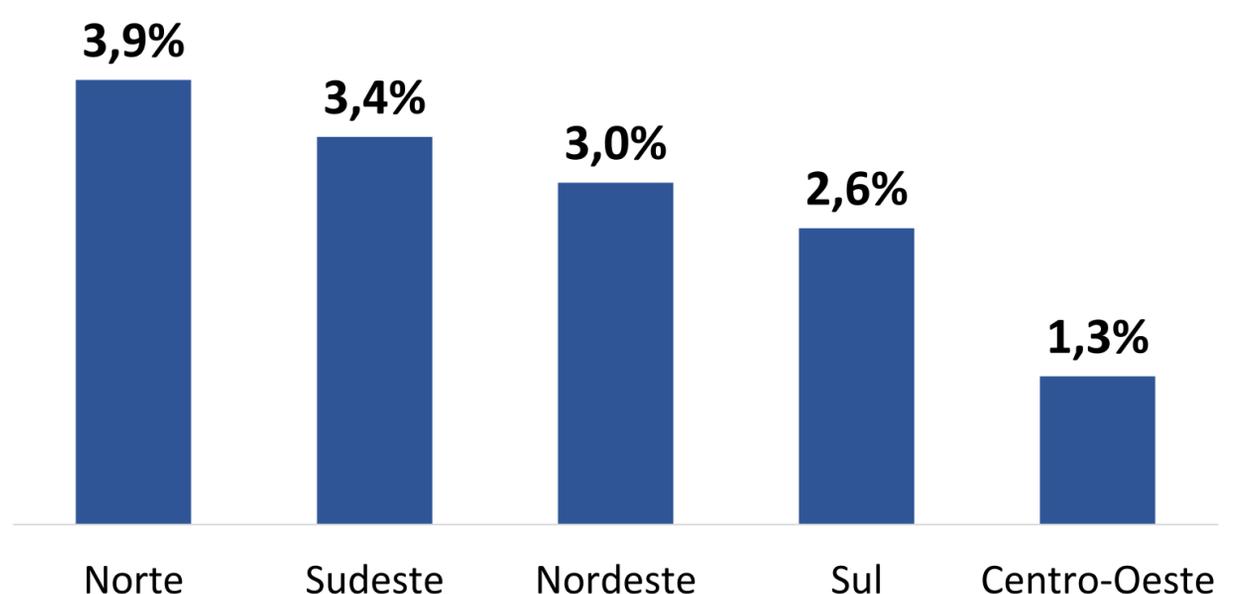


Destaques

Roraima **4,3%** Tocantins **3,8%**
Alagoas **3,4%** Amapá **3,3%**
Pará **3,2%** Amazonas **3,1%**

Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Jan-24 a ago-24 ante jan-23 a ago-23



INFLAÇÃO

IPCA ultrapassa teto da meta e acumula alta de 4,76% nos 12 meses encerrados em outubro; preço das carnes e da energia elétrica pressiona inflação

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, registrou alta de 0,56% na comparação entre outubro e setembro de 2024. Essa é a medida oficial de inflação no país. No acumulado dos 12 meses encerrados em outubro de 2024, o IPCA registra alta de 4,76%, ultrapassando o teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%. O centro da meta é de 3,0%. O aumento do preço das carnes contribuiu para a aceleração da inflação em outubro de 2024. Em média, esses itens registraram avanço de 5,8% nos preços, considerando a comparação entre outubro e setembro de 2024. O preço da energia elétrica também pressiona a inflação. Em outubro, vigorou a bandeira tarifária vermelha de patamar 2, o que elevou ainda mais o preço da energia elétrica com relação ao mês anterior. Os grupos de bens e serviços que registraram as maiores altas foram “Educação”, com alta média de 6,9%, e “Alimentação e bebidas”, com alta de 6,7%. Observa-se que ao longo dos últimos meses, a inflação vem oscilando em torno do teto da meta de inflação e, conseqüentemente, pesando sobre as definição da taxa SELIC.

0,56%

Alta mensal do IPCA
(comparação entre out-24 e set-24)



5,81%

Alta mensal do item
“Carnes”



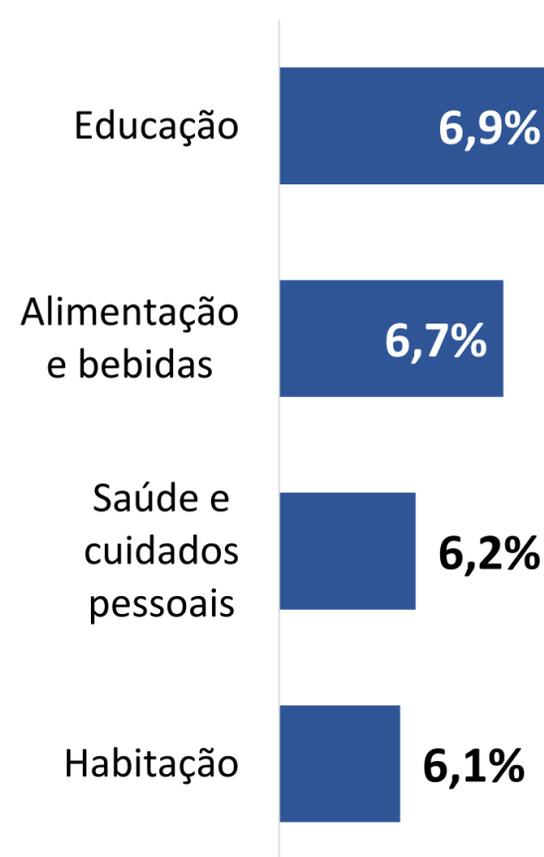
4,74%

Alta mensal do item
“Energia Elétrica”



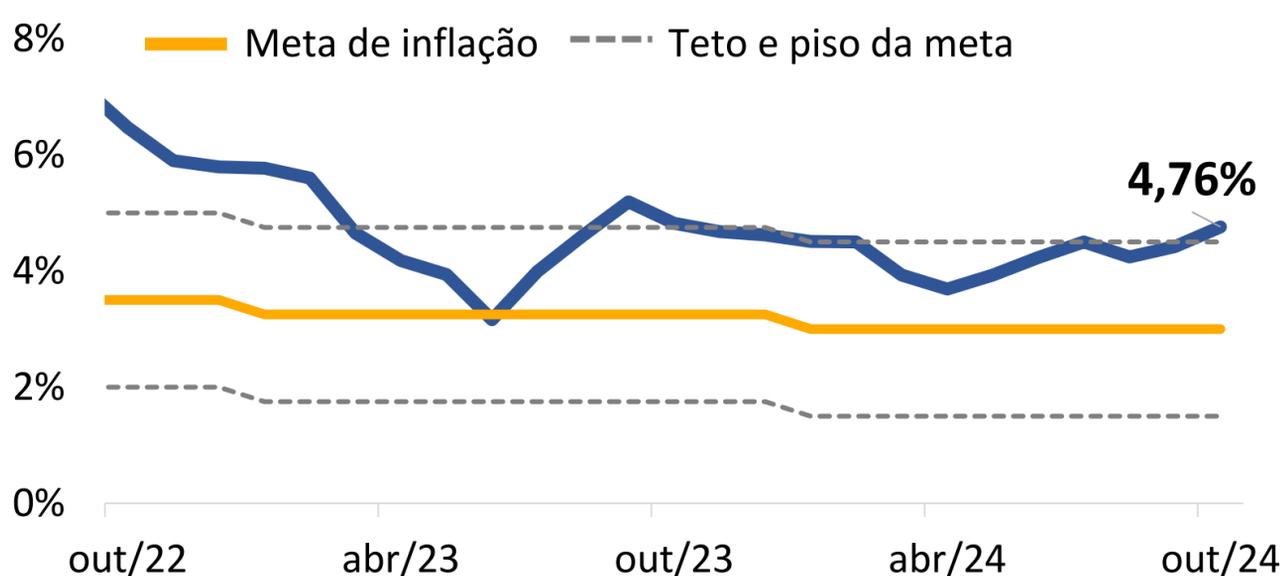
IPCA Por itens

Acumulado em 12 meses



Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Acumulado em 12 meses



POLÍTICA MONETÁRIA

Incerteza sobre política econômica nos Estados Unidos e contas públicas seguem na pauta e COPOM eleva SELIC a 11,25% ao ano; governo estuda corte de gastos

O que diz o COPOM?

CENÁRIO EXTERNO

O ambiente externo permanece desafiador, em função da conjuntura econômica incerta nos Estados Unidos, o que suscita maiores dúvidas sobre a desinflação sobre a postura do Fed.

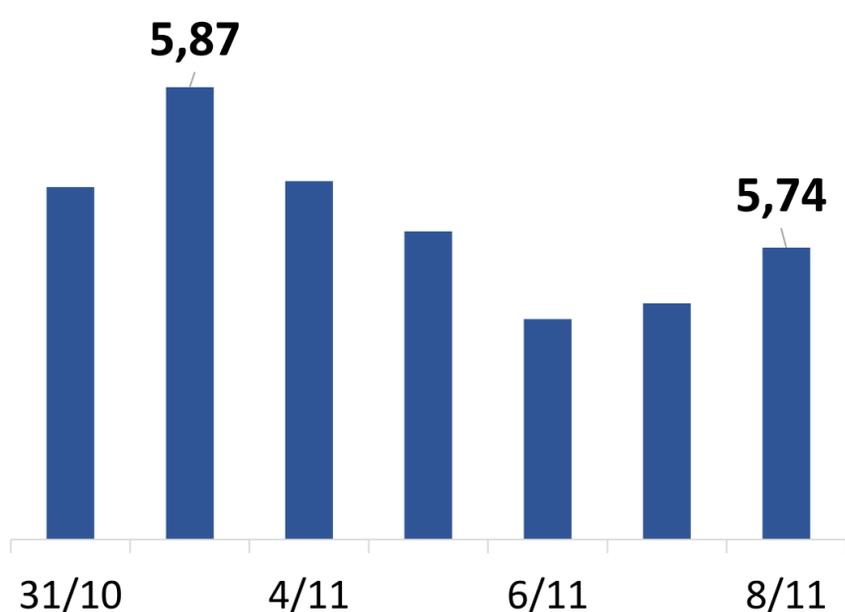
POLÍTICA FISCAL

Uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribuirá para a ancoragem das expectativas de inflação

O Comitê de Política Monetária comunicou em 06 de novembro de 2024 a decisão de elevar a taxa básica de juros (SELIC) em 0,5 ponto percentual, depois de ter elevado, na reunião anterior, essa taxa em 0,25 ponto percentual. Com isso, a SELIC chega a 11,25% ao ano. No centro das preocupações do Comitê, destaca-se o cenário externo, já no primeiro parágrafo do comunicado. Há incertezas com relação à política econômica a ser seguida nos Estados Unidos e temores de que medidas inflacionárias sejam adotadas pelo governo recém-eleito, levando o banco central americano a aumentar a taxa de juros a partir do próximo ano. Esse cenário levaria a uma desvalorização do real, pressionando ainda mais a inflação brasileira. No início do mês, a incerteza externa, somada à preocupação com a trajetória da dívida pública, elevou a volatilidade do dólar. Em 01 de novembro, a moeda americana chegou a encerrar o dia cotada a R\$ 5,87. Para conter a incerteza fiscal, o governo brasileiro discute medidas de ajuste nas contas, que deverão ser anunciadas ainda este ano.

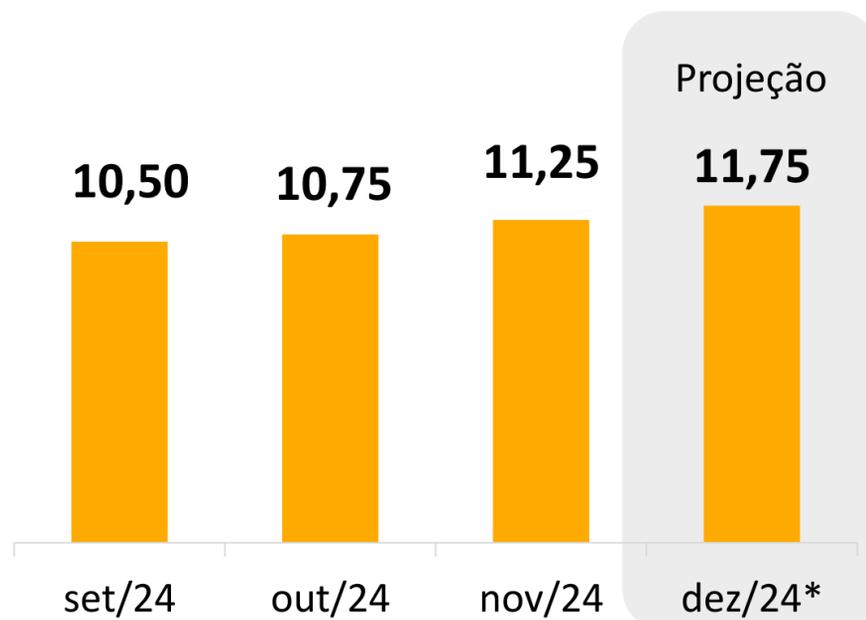
Volatilidade no dólar

Em R\$



Taxa SELIC

% ao ano

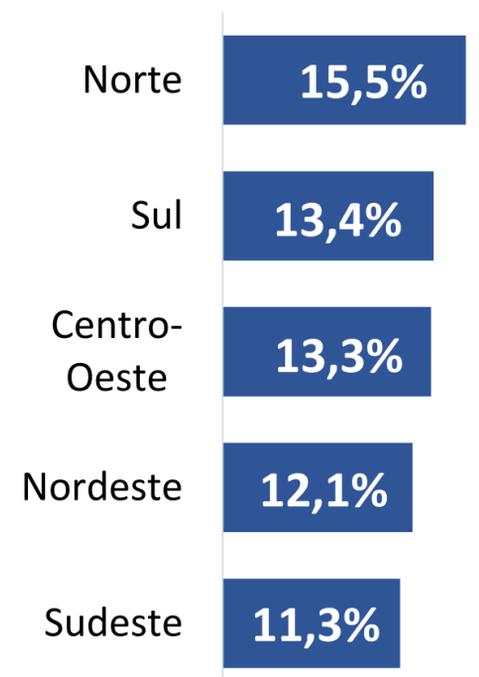


MERCADO DE CRÉDITO

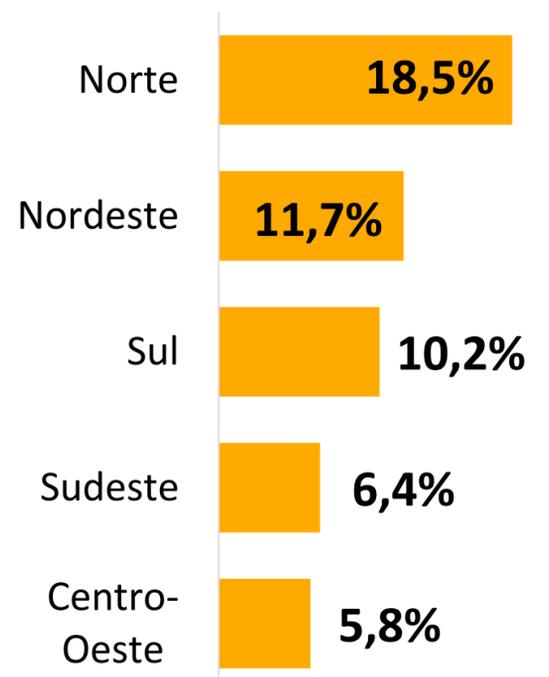
Ritmo de crescimento do crédito empresarial ensaia recuperação, mas desempenho entre as regiões varia; Norte lidera avanço, mostram dados do Banco Central

Dados do Banco Central do Brasil permitem acompanhar a evolução do crédito no país, mostrando o valor total das operações de crédito e financiamento feitas por pessoas físicas e empresas. Analisando a evolução do ritmo de crescimento do saldo de crédito (gráfico abaixo), nota-se que o crédito destinado às famílias cresceu em um ritmo mais elevado e estável. Já o crédito às empresas foi ganhando força ao longo do ano, até alcançar o ritmo atual de crescimento de 7,7%. Esse dado confirma uma expectativa formada no início de ano, segundo a qual o crédito empresarial voltaria a recuperar-se. A abertura dos dados por região mostra que o Norte apresentou o maior crescimento do saldo de crédito entre as pessoas físicas, com avanço de 15,5%. Essa região também lidera o ritmo de crescimento do crédito para empresas. O menor crescimento do saldo de crédito para as famílias foi notado no Sudeste (11,3%). Já no crédito empresarial, o menor crescimento foi notado pelo Centro-Oeste. Observa-se que o ritmo de crescimento do crédito empresarial apresenta maior variabilidade que o crédito a pessoas físicas entre as cinco regiões do país.

Evolução do crédito por região – PF Set-24 ante set-23

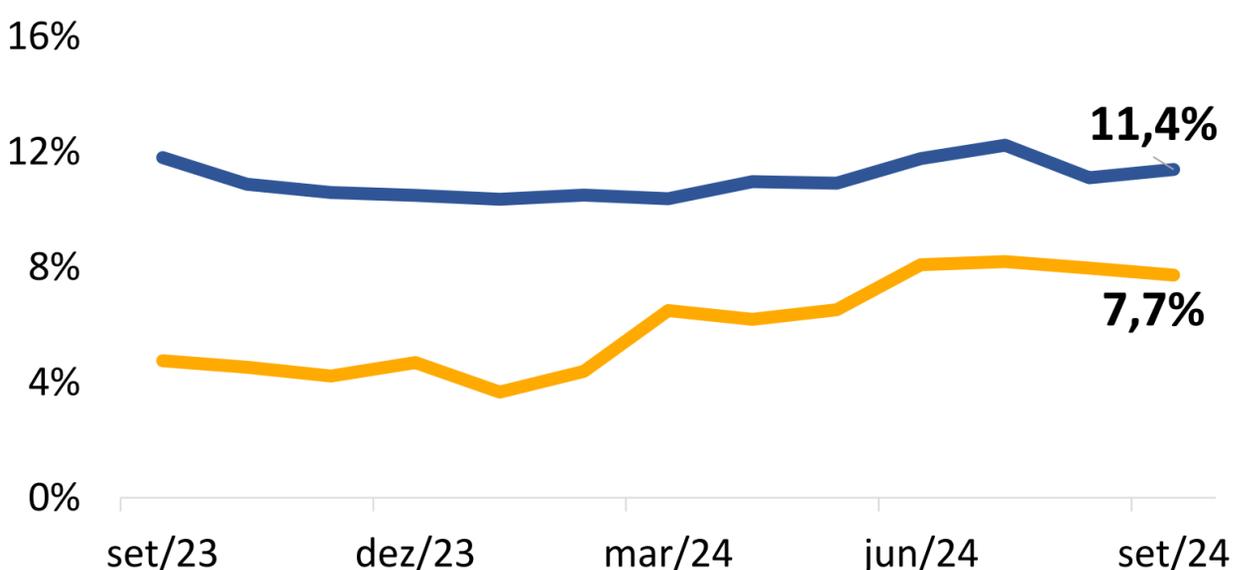


Evolução do crédito por região – PJ Set-24 ante set-23



Evolução do crédito

Set-24 ante set-23

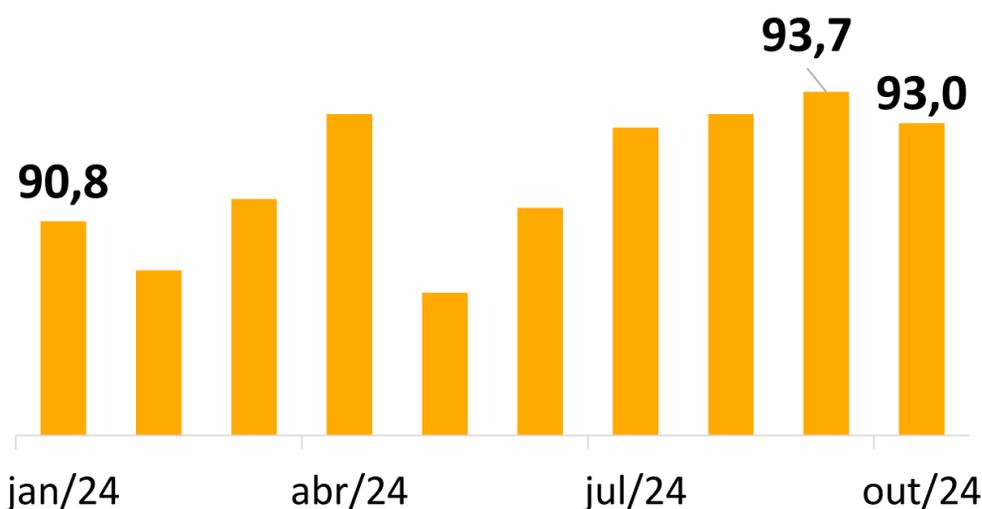


TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Consumidor chega a outubro mais confiante do que no início do ano; renda média avança no país, com Nordeste à frente, mostra IBGE

Confiança do consumidor

Número índice (zero a 200)

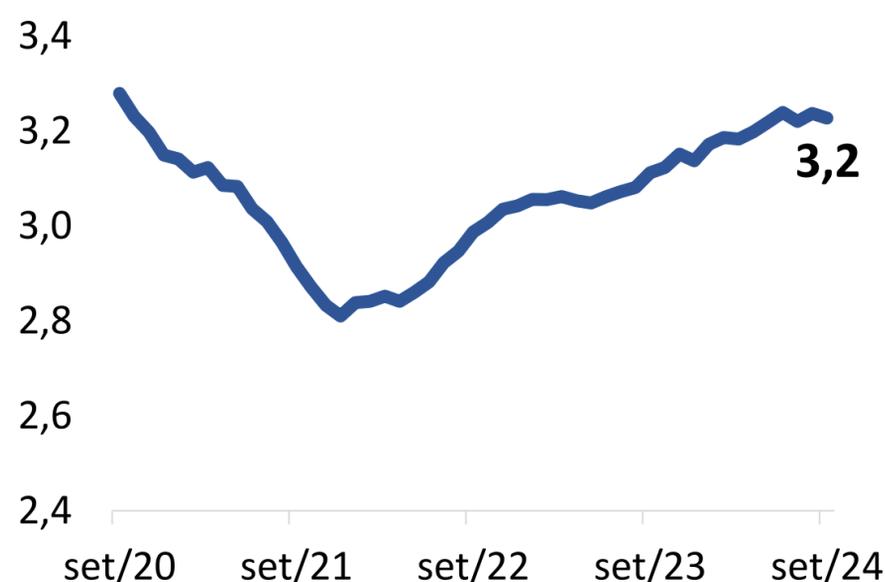


O Indicador de Confiança dos Consumidores registrou 93,0 pontos em outubro de 2024, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado ficou abaixo do verificado no mês anterior, mas ainda supera os resultados do início do ano. A pontuação do indicador varia de zero a 200, sendo que resultados acima de 100 pontos indicam a prevalência do otimismo.

A renda média apurada pelo IBGE também cresceu desde o início do ano, embora tenha perdido força nas medições mais recentes. A renda média no trimestre encerrado em setembro de 2024 foi de R\$ 3,2 mil. O crescimento da renda média por região mostra que o Nordeste lidera, com avanço de 8,5%. Em seguida, aparece o Sul, com avanço de 7,2% na comparação entre o 2º trimestre de 2024 e o mesmo período do ano anterior. A região com o menor crescimento da renda média real foi o Centro-Oeste (3,3%). A recuperação da renda no país tem sido favorecida pela queda do desemprego e tem impulsionado o consumo, o que se reflete nos dados do varejo.

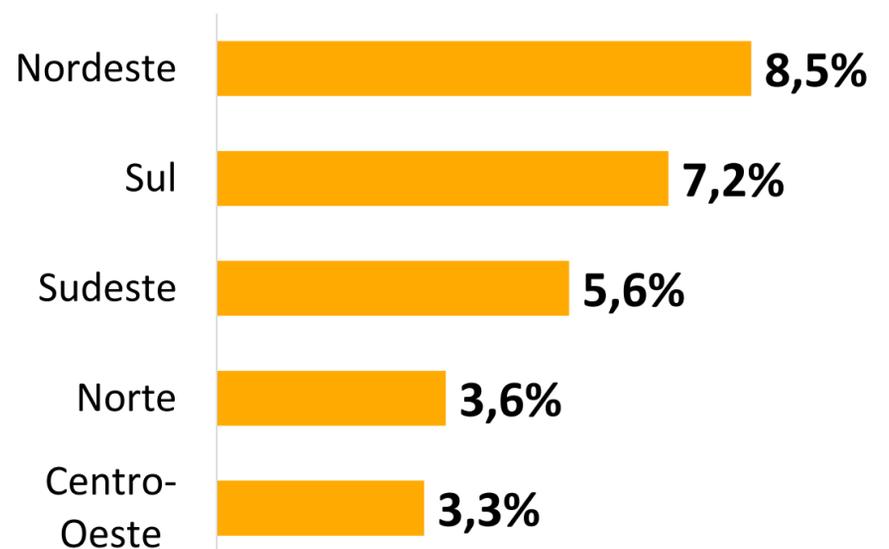
Evolução da renda média nacional

Série histórica | Em R\$ milhares



Evolução da renda média por região

2º tri de 2024 ante 2º tri de 2023



INADIMPLÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS

Número de negativados cresce 1,1% na comparação entre outubro de 2024 e o mesmo mês de 2023, puxada pelo Centro-Oeste



68,1 mi

Número de brasileiros negativados em out-24



41,2%

Percentual de negativados como proporção da população adulta



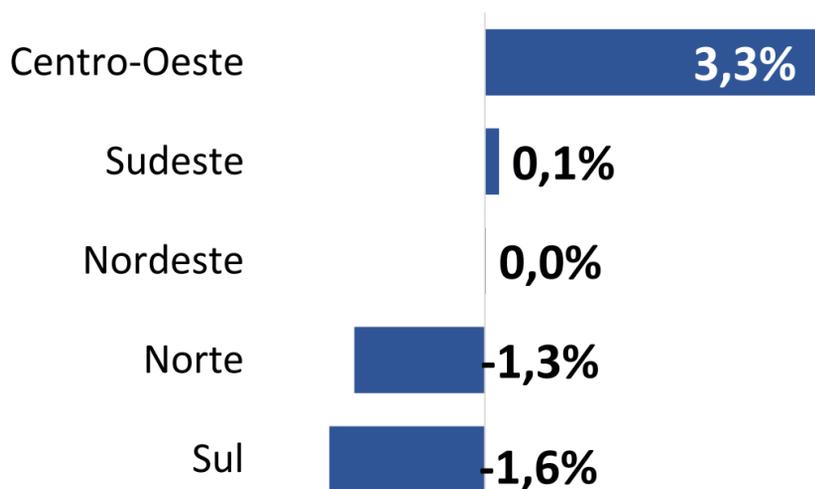
R\$ 4.426

Valor médio devido por negativado considerando a soma das dívidas

O número de consumidores negativados no Brasil chegou a 68,1 milhões em outubro de 2024, de acordo com estimativa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do SPC Brasil. Esse número representa cerca de 41,2% da população adulta. O valor médio devido por negativado, considerando a soma das dívidas, foi estimado em R\$ 4.426. Na comparação entre outubro de 2024 e o mesmo mês do ano anterior, o número de consumidores negativados cresceu 1,1%, mantendo um ritmo mais lento do avanço da inadimplência – em meses anteriores, o número de negativados chegou a cair na comparação com o mesmo mês de 2023. A abertura dos dados por região mostra que o Centro-Oeste puxou o crescimento do número de negativados para cima, com avanço de 3,3%. Por outro lado, o Sul registrou queda de 1,6% e o Norte apresentou um recuo de 1,3%. Essas porcentagens mostram variações, isto é, crescimento ou queda do número de negativados entre dois períodos. Considerando o número de negativados relativamente ao tamanho da população adulta de cada região, observa-se que 44,5% dos adultos no Centro-Oeste tem o nome negativado. A região Sul apresenta o menor percentual: 36,7%.

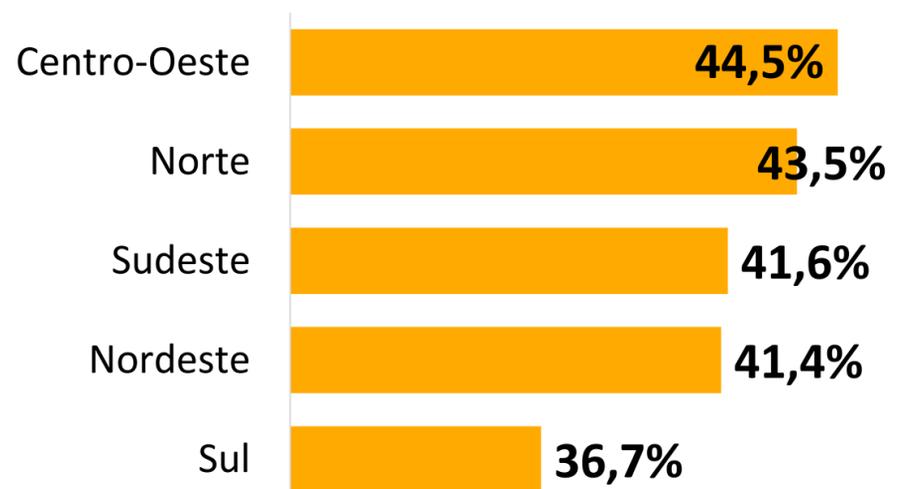
Variação do número de negativados

Out-24 ante out-23



Percentual de negativados

Porcentagem da população adulta

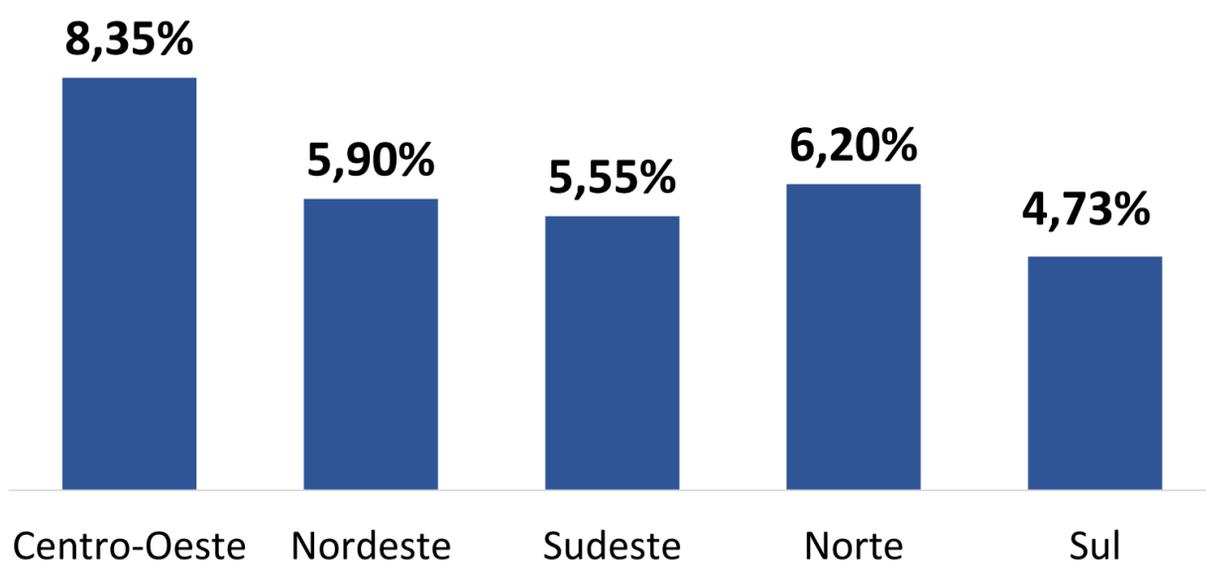


INADIMPLÊNCIA DE PESSOAS JURÍDICAS

Número de empresas negativadas avança 5,8% no país, com variabilidade entre as regiões; valor médio devido por empresa chega a R\$ 6.703

O fenômeno da inadimplência também atinge empresas, seja por problemas de gestão ou mudanças de mercado que afetam o faturamento ou os custos do negócio. De acordo com o Indicador de Inadimplência de Pessoas Jurídicas, apurado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil, o número de empresas negativadas no país cresceu 5,8% na comparação entre outubro de 2024 e o mesmo período de 2023, sendo que o valor médio devido por cada CNPJ, considerando o total das dívidas, foi estimado e R\$ 6.703. Ainda de acordo com o indicador, o tempo médio de atraso das dívidas é de 26 meses. A abertura dos dados por região mostra, como nos meses anteriores, uma variabilidade grande do crescimento do número de empresas negativadas. Na região Centro-Oeste, o avanço foi de 8,35%, o maior entre as regiões. O Sul, por sua vez, registrou avanço de 4,73%. Por fim, o Indicador de Reincidência mostra que 71,3% das empresas negativadas em outubro já estavam negativadas ou estiveram negativadas em algum momento dos últimos 12 meses.

Variação do número de empresas negativadas Out-24 ante out-23



5,8%

Crescimento do número de empresas negativadas (Out-24 ante out-23)



26 meses

Tempo médio de atraso



R\$ 6.703

Valor médio devido pelas empresas negativadas



71,3%

Percentual de reincidentes entre as empresas negativadas em out-24



-2,76%

Queda da recuperação de crédito no acumulado dos 12 meses encerrados em out-24



CONGRESSO NACIONAL



O mês de novembro é marcado pela retomada das sessões nas Casas do Congresso Nacional após o período eleitoral nos municípios.

De interesse do Setor de Comércio e Serviços, destaca-se na pauta o PLP 68/2024 que regulamenta a Reforma Tributária, o PLP segue em tramitação e com audiências públicas agendadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

Quanto a tramitação do PLP 68/2024 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal no começo do segundo semestre, o grupo de trabalho acatou os pleitos do Sistema CNDL em relação a adesão ao Simples Nacional ser mais de uma vez ao ano e também quanto ao creditamento da CBS para quem comprar do pequeno negócio, todavia, o relatório da CAE serve de recomendação, mas não entra no texto que será votado no Plenário do Senado até o final do ano, somente o relatório da CCJ que será considerado.

Sobre o tema Inteligência Artificial, houve prorrogação do prazo da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil por mais trinta dias, encerrando em 14/12/2024.

Quanto as BETs, que gerou grande repercussão e mobilização das entidades do varejo nacional, inclusive com pesquisa realizada pela CNDL/SPC Brasil, o STF realizou nos dias 11 e 12/11, audiências públicas para debater e analisar o conjunto das informações antes do julgamento do mérito de ADI em andamento na Corte. O julgamento deve ocorrer no primeiro semestre de 2025 e ainda avaliarão se há necessidade da providência de urgência.

CONGRESSO NACIONAL



Outro tema que marcou o mês de novembro e teve grande repercussão midiática e nas redes sociais, foi a PEC apresentada pela Dep. Erika Hilton (PSOL /SP) que trata da redução da jornada de trabalho que ficou conhecido popularmente como a “PEC da escala 6x1”. A PEC que alcançou o número de assinaturas necessárias (171), já tinha uma PEC semelhante em tramitação, a PEC 221/2019 de autoria do Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), mas que não havia avançado, nesse caso a nova proposta será apensada automaticamente a mais antiga.

Sobre o tema, a CNDL publicou nota oficial contrária a medida.

E paralelamente, os parlamentares continuam com as articulações para a eleição da nova mesa e presidência das duas Casas Legislativas em 2025. Para a Câmara ganhou força o Deputado Federal Hugo Mota (Republicanos/PB) e para o Senado, o Senador Davi Alcolumbre (União/AP), que já presidiu a Casa.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

